



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARLOS ALBERTO COSTA DE SENA

GOVERNANÇA X GOVERNABILIDADE: OS DESAFIOS DO EXECUTIVO
MUNICIPAL NO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recife, 16 de janeiro de 2020

CARLOS ALBERTO COSTA DE SENA

**GOVERNANÇA X GOVERNABILIDADE: OS DESAFIOS DO EXECUTIVO
MUNICIPAL NO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, no curso de Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia vinculada a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Área de Temática: Gestão Municipal

Orientador: Prof. Me. Eliabe Roberto de Souza

Recife, 16 de janeiro de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S474gg Sena, Carlos alberto costa de
Governança x governabilidade: os desafios do executivo municipal no estabelecimento de políticas públicas / Carlos alberto costa de Sena. - 2020.
21 f. : il.

Orientador: Eliabe roberto de Souza.
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2021.

1. Governança. 2. Governabilidade. 3. Política pública. 4. Problemas sociais. I. Souza, Eliabe roberto de, orient. II.
Título

CDD

GOVERNANÇA X GOVERNABILIDADE: OS DESAFIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL NO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Um dos grandes desafios da gestão pública é o atendimento das necessidades urgentes ou dos problemas considerados como relevantes da sociedade. A governança pública e a governabilidade só se materializam quando os atores estatais representados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário compactuam com as mesmas ideias, processos e normas legais, com vistas ao atendimento dos interesses da coletividade. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar quais os desafios que o Poder Executivo de Olinda enfrenta sob a concepção de governança e governabilidade no estabelecimento das políticas públicas. A metodologia empregada para este estudo foi de ordem qualitativa, sendo realizadas entrevistas estruturadas com atores políticos e gestores vinculados ao município de Olinda. Os discursos dos entrevistados revelam que os recursos financeiros para o estabelecimento de políticas públicas resultam da articulação entre atores políticos das casas legislativas das esferas municipal, estadual e federal. Também um “projeto tecnicamente bem elaborado” é uma forma de captação de recursos financeiros. Conclui-se que os desafios enfrentados para formulação de política pública em Olinda, são de ordem fundiária, de viabilidade econômica de programas e de políticas públicas, de elevação da qualidade de serviços públicos prestados para população municipal e na capacidade de entendimento real de diagnóstico situacional.

Palavras-chave: Governança. Governabilidade. Política pública. Problemas sociais.

GOVERNANCE X GOVERNABILITY: THE CHALLENGES OF THE MUNICIPAL EXECUTIVE IN THE ESTABLISHMENT OF PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

One of the major challenges of public management is meeting the urgent needs or problems considered relevant to society. Public governance and governance only materialize when state actors represented by the Executive, Legislative and Judiciary branches compact with the same ideas, processes and legal norms, with a view to meeting the interests of the collective. The general objective of this research was to investigate the challenges that the Executive Branch of Olinda faces under the conception of governance and governability in the establishment of public policies. The methodology used for this study was qualitative, and structured interviews were conducted with political actors and managers linked to the municipality of Olinda. The interviewees' discourses reveal that the financial resources for the establishment of public policies result from the articulation between political actors of legislative houses of the municipal, state and federal spheres. Also a "technically well-prepared project" is a form of fundraising. It is concluded that the challenges faced for the formulation of public policy in Olinda are of land order, economic viability of programs and public policies, of increasing the quality of public services provided to the municipal population and in the ability to understand actual situational diagnosis.

Keywords: Governance. Governability. Public policy. Social problems.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 5 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 8 |
| 3.1 Descrição do universo da pesquisa..... | 8 |
| 3.2 Coleta de dados..... | 8 |
| 3.3 Análise dos dados..... | 9 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 9 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 14 |
| REFERÊNCIAS..... | 15 |
| APÊNDICE A..... | 18 |

1 INTRODUÇÃO

Os vocábulos governança e governabilidade têm sido muito utilizados nos discursos dos agentes que fazem a gestão pública, sejam eles atores políticos, servidores públicos efetivos e cargos comissionados.

Autores e pesquisadores como Ivo, Fadul e Heber (1998); Kissler e Heidemann (2006); Junquillo (2010), Rezende (2012) e Nasser (2018) têm procurado esclarecer como essas temáticas permeiam o desenvolvimento das atividades no setor público.

No entender de Rezende (2012) a governabilidade está relacionada às condições do exercício da autoridade política; já a governança determina a forma de uso dessa autoridade.

Um dos grandes desafios da gestão pública é o atendimento das necessidades urgentes ou dos problemas considerados como relevantes da sociedade.

No caso do município de Olinda, situado na Região Metropolitana de Recife, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população local em 2018, como sendo 391.835 pessoas (IBGE, 2018). Para o ano anterior, isto é 2017, a Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE) publicou a estimativa de residentes em Olinda em 390.771 pessoas (PERNAMBUCO, 2017a). Percebe-se que a diferença entre as duas estimativas populacionais resultam em um aumento populacional local de 1.064 pessoas no transcorrer de um ano.

Dados mais recentes da BDE revelam que no ano 2017, no município de Olinda, ocorreram 20.997 desligamentos de pessoas do emprego formal contra 20.573 admissões no emprego formal, resultando em um déficit de 424 postos de trabalhos formais (PERNAMBUCO, 2017b).

A BDE também apresenta dados sobre o Ensino Fundamental em Olinda, modalidade de ensino determinada como prioritária na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394/96 (BRASIL, 1996), que em 2017 foram 17.382 alunos(as) matriculados(as), sendo 13.797 alunos(as) matriculados nos Anos Iniciais [1º ao 5º ano] e 3.585 alunos(as) matriculados nos Anos Finais [6º ao 9º ano] (PERNAMBUCO, 2017c). A mesma base também revela que a taxa de reprovação, na mesma modalidade de ensino, foi de 9,6% nos Anos iniciais e 15,8% nos Anos Finais (PERNAMBUCO, 2017d).

Diante do exposto questiona-se: Quais os desafios que o Poder Executivo municipal de Olinda enfrenta, em termos de governança e governabilidade, no estabelecimento de políticas públicas no ano de 2019?

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar quais os desafios que o Poder Executivo de Olinda enfrenta sob a concepção de governança e governabilidade no estabelecimento das políticas públicas no ano de 2019.

Decorrem do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: apresentar o perfil sociodemográfico e as motivações dos atores municipais para ocupação dos cargos públicos responsáveis pela consecução das políticas públicas em Olinda; identificar como se estabelecem as políticas públicas no âmbito municipal; relatar a mobilização dos recursos financeiros e técnicos para consecução das políticas públicas; descrever a participação dos atores políticos e sociais no processo de formulação e estabelecimento de políticas públicas no ano de 2019.

Este artigo está seccionado em cinco partes textuais: a primeira parte é referente à introdução. A parte seguinte está relacionada ao referencial teórico como aporte conceitual para fundamentação da pesquisa. A terceira parte, procedimentos metodológicos, refere-se aos caminhos que foram trilhados para atender aos objetivos geral e específicos da pesquisa. Os resultados e discussões é a seção quarta, na qual são apresentados os achados da pesquisa. As considerações finais correspondem à última parte textual e que traz a resposta ao questionamento da pesquisa, assim como a visão do pesquisador sobre a temática em estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do ano de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, o país passou a adotar o Estado democrático de direito como modelo de administração pública para gerenciar e disciplinar as políticas públicas nas três esferas do governo brasileiro (QUEIROZ, 2009).

De acordo com Ivo, Fadul e Heber (1998, p.64) esse novo modelo ampliava

[...] as possibilidades de participação de diversos segmentos sociais, ampliando as modalidades de comunicação entre eles e com as esferas institucionais do executivo municipal, sem desprezar os padrões de justiça social capazes de atenuar conflitos e enfrentar desigualdades sociais.

No processo de política pública, Secchi (2012) chama a atenção sobre os articuladores, também denominados de atores, visto que possuem a habilidade de exercer influência, de forma direta ou indireta, sobre o conteúdo e os resultados da política pública, atuam de modo interativo, constroem coalizões e podem resolver conflitos no cenário político.

Das articulações dos atores políticos com a legitimidade das ações governamentais decorre a concepção de governabilidade.

Para Rezende (2012) a governabilidade está relacionada às condições do exercício da autoridade política e a capacidade política de governar.

De acordo com Préve, Moritz e Pereira (2010, p.154), a governabilidade

[...] pressupõe confiança e disposição da sociedade para colaborar voluntariamente com as decisões do governo e implica a demonstração, por parte dele, das seguintes características: atendimento das demandas e pressões sociais; transparência, considerando que o Estado deve ser permanentemente submetido ao escrutínio público e que a clandestinidade das suas ações constitui uma das causas óbvias de abuso e de corrupção; e liderança, entendida como a capacidade governamental de perceber e catalisar as aspirações da população e tomar decisões coerentes com essas demandas.

Segundo Diniz (1995 apud JUNQUILHO, 2010) a governabilidade vincula-se a três dimensões. A primeira faz menção à predisposição governamental de identificar problemas críticos e formular as políticas adequadas para sua consecução. A segunda dimensão corresponde à mobilização de meios e recursos para execução das políticas públicas e a tomada de decisão. Por fim, a capacidade de liderança estatal.

Secchi (2012) nos faz lembrar que para a execução das políticas existe um processo de elaboração, também conhecido como ciclo de políticas públicas.

De acordo com Secchi (2012) o ciclo de políticas públicas é um processo em que se concebe as políticas públicas.

Para Secchi (2012, p.33-34), não necessariamente, o ciclo de políticas públicas pode apresentar a real dinâmica de uma política pública e as fases podem ter sequências que se alternam, porém

[...] o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.

A implementação de políticas públicas encontra-se relacionada à compreensão sobre o conceito de governança.

Para Bresser-Pereira (1997, p.40) “existe governança em um Estado quando seu governo tem as condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma”.

De acordo com Ferreira (2017) a expressão governança teve origem em documentos do Banco Mundial na década de 90, ao apresentar condições para garantir um Estado eficiente, porém a partir das três últimas décadas do século XX o entendimento foi ampliado para uma nova concepção de gerir os problemas na sociedade.

Para Kissler e Heidmann (2006, p.482), na governança os atores políticos locais e regionais são movidos por uma ação conjunta no sentido de melhor avaliar os problemas regionais e a rede de “[...] cooperação entre os agentes regionais são significativamente elevadas, por exemplo, no campo do mercado de trabalho e das políticas de emprego, desenvolvimento municipal, combate à pobreza etc”.

No entender de Satterthwaite *et al.* (2007, p.268, tradução nossa) a governança participativa da sociedade nas cidades ocorre “[...] no governo por razões óbvias: tentar fazer com que as agências governamentais atendam às suas necessidades, apoiem as suas prioridades e protejam os seus direitos. Eles se envolvem para fazer com que os governos façam algo ou mudem a maneira como fazem as coisas”.

Kissler e Heidmann (2006, p.482) afirmam ainda que a governança “trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes”.

Para o Tribunal de Contas da União (TCU) a governança no setor público “[...] compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2014, p.5).

O TCU (BRASIL, 2014) revela que para a Administração Pública executar e conduzir as suas ações para condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, são necessários à observância de dez passos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Dez passos para a boa governança

| LISTA DE PASSOS | |
|--|---|
| 1 - Escolha líderes competentes e avalie seus desempenhos; | 6 - Estabeleça metas e delegue poder e recursos para alcançá-las; |
| 2 - Lidere com ética e combata os desvios; | 7 - Estabeleça mecanismos de coordenação de ações com outras organizações; |
| 3 - Estabeleça sistema de governança com poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas; | 8 - Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários; |
| 4 - Estabeleça modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação; | 9 - Estabeleça função de auditoria interna independente que adicione valor à organização; |
| 5 - Estabeleça a estratégia considerando as necessidades das partes interessadas; | 10 - Estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização. |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de TCU (BRASIL, 2014).

Por outro lado, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) relata que

Nos Municípios, a necessidade de articulação com diversos atores em busca da boa governança exige o envolvimento de todos os gestores, servidores e funcionários das mais diversas áreas – educação, saúde, segurança, infraestrutura, esporte e lazer, controle e finanças municipais etc. – tanto na definição de novas agendas políticas como para a implantação de novos projetos de gestão (CNM, 2018, p.12).

Ekundayo (2017, p.154, tradução nossa) adverte que na prestação de um serviço inadequado, a sociedade tem a prerrogativa de protestar e responsabilizar os políticos.

No entender de Ekundayo (2017, p.154, tradução nossa) “outros requisitos para a boa governança incluem um auditor público independente responsável por um legislador representativo, o respeito pela lei e os direitos humanos a todos os níveis de governo e uma estrutura institucional pluralista”.

O Banco Mundial (2007 apud CNM, 2018) elenca sete princípios que devem ser observados para a boa governança no setor público (Ver Quadro 2). São eles:

Quadro 2 – Princípios para a boa governança

OS SETE PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA

1 - Legitimidade - não basta verificar se a lei foi cumprida, é preciso saber se o interesse público e o bem comum foram alcançados. Não basta verificar se a lei foi cumprida, é preciso saber se o interesse público e o bem comum foram alcançados.

2- Equidade - devem ser garantidas as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis (liberdade de expressão, acesso à informação etc.).

3 - Responsabilidade - os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade da entidade, visando a sua longevidade.

4 - Eficiência - fazer o que precisa ser feito com a qualidade adequada e o menor custo possível.

5 - Probidade - os gestores devem observar as regras e procedimentos ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos. Os gestores devem observar as regras e procedimentos ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos.

6 - Transparência - deve ser estabelecido um clima de confiança tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.

7 - Accountability - os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CNM (2018).

Para The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy “[...] a boa governança incentiva à confiança pública e a participação que permite a melhoria dos serviços; má governança promove a baixa moral e as relações contraditórias que levam ao baixo desempenho ou mesmo, em última instância, a organizações disfuncionais” (CIPFA, 2004, p.1, tradução nossa).

Nasser (2018) chama atenção sobre a prática da governança, pois, em termos gerais o vocábulo “governança” se traduz na ideia de ordenação e gerenciamento do mundo, do corpo social, de conjuntos de problemas e suas conexões.

De acordo com Nasser (2018, p. 740), “em governança parece só haver poder executivo. Quem produz as regras, administra sua aplicação, resolve controvérsias, toma

decisões, o faz sempre como administrador”. Porém, “qualquer noção de equilíbrio de poderes não se verifica entre as funções, mas sim entre os vários administradores distribuídos na governança”.

Escrito isto, Daily, Dalton e Cannella (2003 apud OLIVEIRA e FONTES FILHO, 2017) revelam que os problemas de agência, isto é, aqueles que decorrem dos problemas surgidos com a separação entre propriedade e gestão, tendem a permear “[...] inúmeros outros setores, em especial o setor público e suas relações internas e externas, como nos processos de terceirizações e parcerias público-privadas”.

Porém, Lemieux (2015, p.25, tradução nossa) alerta: “[...] o Estado é o único que toma a decisão sobre quem favorecer e quem prejudicar”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentro do universo e contexto político atual, onde vários atores estão envolvidos direta ou indiretamente nas ações do Poder Executivo, faz-se necessária a compreensão dos fenômenos referentes à governança e a governabilidade para conhecimento de como se materializam as ações de estabelecimento de políticas públicas na esfera municipal.

Sendo assim, a presente pesquisa se enquadra no método qualitativo devido à forma e o método de abordar o problema em estudo.

Para Richardson (2007 apud ZANELLA, 2009), o método qualitativo caracteriza-se, por não utilizar a estatística para analisar os dados, pois, baseia-se em conhecimentos teórico-empíricos que lhe propicia cientificidade.

3.1 Descrição do universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada nas seguintes secretarias do Governo Municipal de Olinda e são elas: a Secretaria de Governo, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.

A escolha da Secretaria de Governo decorre do fato que é a responsável pela coordenação política e ações do governo em consonância com os Poderes públicos. Já a Secretaria da Fazenda tem a competência de formular as políticas administrativas. A Secretaria de Educação é a responsável pela coordenação da política municipal de educação. Por fim, a Secretaria da Saúde está encarregada de planejar, coordenar e executar a política municipal de saúde.

3.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas estruturadas em três eixos: o primeiro eixo trata do perfil sociodemográfico dos entrevistados. O segundo eixo está relacionado à governabilidade com vistas à identificação de problemas sociais; mobilização de meios e recursos; capacidade de liderança política. O eixo seguinte, relativo à governança abordou o processo de gestão das políticas públicas; integração entre as unidades de governo; implementação de políticas públicas.

As entrevistas foram utilizadas, enquanto instrumentos de pesquisa, pois, conforme Duarte (2004, p. 2015) “[...] são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”.

As entrevistas estruturadas foram realizadas com 4 (quatro) representantes e atores políticos das secretarias supracitadas, de forma presencial, com gravação autorizada pelos respondentes, com duração entre 9 e 27 minutos e transcritas posteriormente para fins de análise.

Os atores políticos das secretarias supracitadas foram entrevistados em seus ambientes de trabalho nos meses de outubro e novembro de 2019.

3.3 Análise dos dados

O resultado das entrevistas decorre da multiplicidade de discursos. Nesse sentido a forma de conceber a gestão pública em termos de governança e governabilidade é revestida de simbolismos, crenças e de diferentes modos de concepção de mundo.

De acordo com Bourdieu (1996 apud RODRIGUES; DELLAGNELO, 2013, p.623)

determinado discurso, quando ideologicamente comprometido com os valores vigentes, torna-se responsável por consolidar, ou melhor, por legitimar, determinada posição ideológica e, por isso, repassa, por meio da linguagem essa posição, de modo que se faça com que as posições de uns sejam aceitas e tidas como válidas por outros.

Sendo assim a análise dos dados foi baseada na análise do discurso. Caregnato e Mutti (2006, p.680) revelam que “o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação [...]”.

A análise do discurso foi baseada nas dimensões propostas por Fairclough (2001 apud RODRIGUES; DELLAGNELO, 2013), ou seja, identidades sociais e posições de sujeito; construção das relações sociais, prática política e ideológica, construção de sistemas de conhecimento e crença.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar quais os desafios que o Poder Executivo de Olinda enfrenta sob a concepção de governança e governabilidade no estabelecimento das políticas públicas no ano de 2019.

Os primeiros resultados da investigação apresentam o perfil sociodemográfico dos entrevistados, enquanto atores políticos e sociais envolvidos na esfera municipal com vistas a concepção, elaboração e implementação das políticas públicas municipais e locais (Ver Quadro 2).

Quadro 2 – Perfil sociodemográfico de atores políticos e sociais das Secretarias de Olinda

| DADOS | SECRETÁRIOS(AS) MUNICIPAIS DE OLINDA | | | |
|--------------|---|--|--|---|
| | Secretário Executivo de Relações Institucionais | Secretário Executivo da Fazenda | Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais | Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde |
| 1. Formação | Superior | Superior | Superior | Superior |
| 2. Graduação | Administração de Empresas | Bacharel em Contabilidade, Administração e Direito | Licenciatura plena em Letras | Enfermeira Sanitarista |

| | | | | |
|-----------------------|----------------------------------|--|--|--------------------------------|
| 3.Pós-graduação | Especialização em gestão pública | Seis especializações e um mestrado em gestão pública | Mestre em Teoria da Literatura | Mestrado em Avaliação em Saúde |
| 4.Servidor público | Empresário | Não | Servidora pública da Rede Estadual de Ensino | Sempre em cargo comissionado |
| 5.Tempo no cargo | 3 anos e 11 meses | 3 anos | 3 anos | 60 dias |
| 6.Filiação partidária | Sem partido | Não | Não | Não |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com os dados da pesquisa apresentados no Quadro 2, os ocupantes dos cargos das secretarias municipais de Olinda, possuem formação de nível superior e pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu* nas áreas de suas graduações e atribuições em curso. Ressalta-se que apenas um dos ocupantes das secretarias é servidor público estadual efetivo e os demais não possuem vínculo efetivo com a Administração Pública. Quanto ao tempo de exercício na atual gestão municipal, três secretários estão no exercício do cargo, no mínimo, por trinta e seis meses. Embora, a ocupação dos cargos de secretaria municipal seja de cunho político partidário, os entrevistados afirmam que não possuem filiação partidária.

A ocupação de cargo público, com a designação de chefia, pressupõe o envolvimento nas ações para execução de políticas públicas e atendimento aos interesses reais e demandantes da sociedade. Os atores políticos e sociais aos serem questionados sobre as motivações que os levaram a aceitar a ocupação dos cargos públicos, responderam conforme consta na descrição no Quadro 3.

Quadro 3 – Motivações para o exercício de cargo de chefia em secretaria municipal

| ENTREVISTADO(A) | DIMENSÃO DE ANÁLISE |
|---|---|
| | Identidades sociais e posições de sujeito |
| Secretário Executivo de Relações Institucionais | <i>“Veja, eu tenho uma vida pública aqui em Olinda desde os meus 14 anos de idade, que eu acompanhava meu pai quando era vereador. Mas, já fui vereador, dois mandatos, já fui vice-prefeito do município e passei 16 anos fazendo oposição ao Governo do PC do B, não é? O governo que eu entendia que não melhorava a qualidade de vida da população, que não tinha objetivo, não é? De prestar os serviços relevantes ao município; era um partido que tinha como uma seita dentro da cidade e que queria só trabalhar a questão do voto”.</i> |
| Secretário Executivo da Fazenda | <i>“A oportunidade de contribuir com a gestão da minha cidade e me identifico com as propostas políticas do prefeito”.</i> |
| Secretária Executiva | <i>“Trabalhar em educação é sempre um desafio e, também, eu tenho experiência nesse</i> |

| | |
|---|---|
| de Programas e Políticas Educacionais | <i>cargo, por que eu já fui Secretária de Educação no Município do Cabo e no Município de Jaboatão; e exerci, também, cargo comissionado no Governo do Estado, Chefia de Gestão de Rede Metropolitana Norte”.</i> |
| Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde | <i>“Primeiramente o desafio de um cargo público com tantas adversidades, mas com possibilidade de melhorar e melhorar os indicadores e a saúde da população”.</i> |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com as respostas dos entrevistados sobre as motivações que levaram a aceitar o cargo em exercício, compreende-se que a familiarização com a vivência política é um dos motivos para a perpetuação na vida pública. Também, a identificação com posicionamentos políticos favorecem a aceitação do cargo público. A identificação com a terra natal e possível retribuição para melhoria da região são apontados como motivos para exercer o cargo público. Nota-se que o desafio face às adversidades que ocorrem na esfera pública, leva ao comprometimento com a coisa pública.

A governabilidade pode estar relacionada à identificação de problemas sociais, mobilização de meios e recursos e, também, com a capacidade de liderança política.

Os depoimentos dos atores políticos e sociais sobre como o governo municipal se articula politicamente para estabelecer as ações e recursos necessários para formular uma política pública, foram materializados nos discursos contidos no Quadro 4.

Quadro 4 – Articulação política para o estabelecimento de políticas públicas

| ENTREVISTADO(A) | DIMENSÃO DE ANÁLISE |
|--|--|
| | Construção das relações sociais |
| Secretário Executivo de Relações Institucionais | <i>“Veja, primeiro lugar a gente, a gente tenta, não é? Esse caminho, que é o caminho das emendas parlamentares, que é dos deputados estaduais, que são um milhão e oitocentos, e os deputados federais que cada um tem direito a quinze milhões. Então, a gente articula muito com eles para que eles ajudem nessa condução, não é? Porque a gente não pode ficar aqui chorando o leite derramado”.</i> |
| Secretário Executivo da Fazenda | <i>“[...] então há muitos recursos disponíveis que dependem de articulação política, mas muitas vezes não só essa articulação política depende de se ter um instrumento um projeto tecnicamente bem elaborado para que essa articulação política, que se dá num segundo momento, ela se efetive, todavia, principalmente no nível do legislativo. É muito importante essa articulação, ou seja, desenvolver projetos que tenham essa articulação com o Poder Legislativo, tanto municipal, quanto estadual e no caso específico de captação de recursos, federal, onde se concentra a maioria das disponibilidades de verbas relativas aos convênios”.</i> |
| Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais | <i>“Quanto à questão de recursos, Olinda é uma cidade de fato, que a questão de recursos é limitada. Mas, a gente tem a articulação, enquanto Secretaria de Educação, a gente tem também recursos do Governo Federal que já são verbas carimbadas, [...] então, a gente tem o repasse de recursos do Governo Federal, esse repasse para educação ele já vem definido para atendimento e para o que a gente deve fazer, bem como a gente tem também algumas articulações, algumas parcerias</i> |

| | |
|---|--|
| | <i>com o Governo Estadual [...]”.</i> |
| Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde | <i>“Bem, eu acredito que a melhor maneira são as articulações com as universidades, as instituições públicas, privadas. O Município, ele tem vários convênios com algumas universidades e essas universidades podem estar dando esse fortalecimento que a gestão pública precisa, tanto concedendo profissionais. A gente tem muitos residentes aqui de universidades que dão esse suporte técnico e trazendo essa visão, é da universidade para dentro do município. Eu acho que essa contribuição e essa articulação é muito importante no tempo de escassez”.</i> |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O Quadro 4 apresenta os discursos dos ocupantes das secretarias municipais de Olinda referentes aos recursos financeiros para o estabelecimento de políticas públicas, que em sua maioria, é concebido como sendo o resultado da articulação entre atores políticos das casas legislativas das esferas municipal, estadual e federal. Nota-se maior atenção aos repasses financeiros como sendo os garantidores da execução dos projetos municipais para atendimento das demandas sociais. Por outro lado, o Secretário Executivo da Fazenda chama a atenção para o “projeto tecnicamente bem elaborado” como uma forma de captação de recursos financeiros. Já a Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde volta-se para a articulação com instituições públicas e privadas para utilização de suporte técnico como forma de construção das relações sociais para atendimento das necessidades de saúde municipais.

A governança está relacionada ao processo de gestão das políticas, sendo assim, a participação dos atores políticos e sociais no processo de formulação e estabelecimento de políticas públicas torna-se um exercício prático de conteúdo político e ideológico. Questionados como cada secretaria municipal estava organizada para atender as demandas sociais e dialogar com a sociedade, políticos e órgãos de controle institucional, os secretários municipais olindenses responderam conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Organização dos atores políticos e sociais no processo de formulação e estabelecimento de políticas públicas

| ENTREVISTADO(A) | DIMENSÃO DE ANÁLISE |
|---|---|
| | Prática política e ideológica |
| Secretário Executivo de Relações Institucionais | <i>“Veja, na verdade a gente, a organização nossa é o atendimento direto ao público. E aí muita coisa, muita não, quase todos os pedidos não são resolvidos diretamente por, por esta secretaria. Esta secretaria é uma secretaria institucional de articulação, entendeu? Nós agimos em articular o encaminhamento. A pessoa vem aqui e tem uma demanda da secretaria da Saúde: o posto não está funcionando, o remédio não tá saindo, o atendimento[...] Então, nós aqui tomamos a decisão de enviar para a Secretaria de Saúde, não é? E lá a pessoa é atendida, em 90% das demandas são resolvidas. Agora, a gente não tem o poder, é de resolver as coisas de imediato aqui, por exemplo, não tem uma coisa que o cara venha aqui para dizer: ó, a Secretaria de Governo pode resolver isso? Pode! O nome de uma rua, um projeto de lei, uma articulação com a câmara, com a câmara dos deputados; aí a gente faz a articulação, mas a política realmente de execução, da tarefa não cabe a nossa secretaria”.</i> |

| | |
|--|--|
| Secretário Executivo da Fazenda | <i>“[...] a fazenda trata-se de uma secretaria meio, então a gente tá mais organizado pra dentro do que pra o externo, todavia, nós temos uma parte diretamente ligada à sociedade que é a parte onde se dá a cobrança dos tributos, é a parte da administração tributária, e aí a gente dialoga através de todos os instrumentos, principalmente, do Portal da Transparência, onde a gente presta conta de toda movimentação econômica, contábil e financeira da prefeitura, da gestão”.</i> |
| Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais | <i>“Na Secretaria de Educação existem três conselhos, os conselhos que a gente chama os conselhos setoriais da Secretaria de Educação, o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho de Educação e Conselho de FUNDEB. Esses conselhos, eles são órgãos que fiscalizam nessa instância a Secretaria de Educação. Dentro desses conselhos têm representantes da sociedade civil e têm representantes do governo, pra que a gente esteja prestando contas do que a gente tá fazendo, pra que eles possam tá acompanhando a política de educação, as diretrizes da educação, as instruções normativas da secretaria [...]”.</i> |
| Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde | <i>“Bem, a gente realiza fóruns com a comunidade. É, também, dentro da estratégia de saúde da família. A gente tem reuniões semanais, mensais com a comunidade, que é justamente uma porta que a comunidade tem para estar debatendo os principais problemas de saúde daquela comunidade e, também, de estar discutindo o processo de trabalho das equipes”.</i> |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No que diz respeito à organização de cada secretaria municipal para atendimento das demandas sociais e diálogo com a sociedade, o Secretário Executivo de Relações Institucionais denomina a sua secretaria como sendo uma “secretaria institucional de articulação”, de apoio e não de execução de políticas públicas. O Secretário Executivo da Fazenda afirma que as ações de sua secretaria estão mais voltadas para atribuições internas e o relacionamento com o público externo é realizado principalmente pelo Portal da Transparência. Já a Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais revela que representantes da sociedade civil e têm representantes do governo têm participação de acompanhamento nas ações da secretaria. Percebe-se que a prática política e ideológica se efetiva na Secretaria Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde através de atividades com a comunidade local e com as equipes da referida secretaria.

O estabelecimento das políticas públicas no âmbito municipal é um exercício que decorre da governança e sendo assim, as secretarias municipais, em estudo, estabelecem ações para as suas consecuições diante de alguns desafios. Quando os secretários municipais foram questionados sobre quais os desafios enfrentados para formulação de uma política pública na esfera do município nesta secretaria/pasta, responderam conforme os posicionamentos pessoais apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Desafios enfrentados na formulação das políticas públicas no âmbito municipal

| ENTREVISTADO(A) | DIMENSÃO DE ANÁLISE |
|----------------------------------|---|
| | Construção de sistemas de conhecimento e crença |
| Secretário Executivo de Relações | <i>“Veja, o desafio maior é a regularização, a regularização fundiária. Essa é um</i> |

| | |
|--|--|
| Institucionais | <i>desafio que a gente tá tentando tirar do papel. Por quê? Porque a sociedade, a população de Olinda, ela teve um percentual altíssimo, só de casas de vilas de COHAB que Olinda foi transformada... Por que Olinda é, ganhou aquele título de “cidade dormitório”? [...]”.</i> |
| Secretário Executivo da Fazenda | <i>“O grande desafio hoje, não só nessa secretaria, mas em todas as secretarias, principalmente nas secretarias que se concentra as áreas-fins do município, é a questão da viabilidade econômica pra poder implementar os programas, as políticas públicas, por exemplo, no caso de Olinda, bem específico, a gente tem uma cidade com mais ou menos 400 mil habitantes, isso imputa todos os problemas de uma cidade de médio porte com essa totalidade de população [...]”.</i> |
| Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais | <i>“Os desafios nossos, eles são grandes, primeiro é a elevação da qualidade da educação, desde que chegamos aqui nós temos um município com indicadores educacionais muito baixos, então a gente precisa, estamos nesse movimento de elevar esses indicadores, a gente pegou o município com o percentual de reprovação muito alto, um percentual de aprovação baixo, então qual é o movimento? [...]”.</i> |
| Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde | <i>“Eu acho que, assim, diante de tantos programas que a gente tem hoje, a elaboração de um programa é justamente para identificar um problema, um problema que foi identificado; mas, eu acho que a gente se despir, porque as pessoas, elas vestem o programa, abraçam, mas aí eu estou falando de uma questão técnica. Mas, quando a gente vai para dentro do território, a gente precisa entender realmente, fazer o diagnóstico situacional daquele território. E, aí eu acho que é isso: as pessoas se abrirem, de dizer o meu programa não é o único exclusivo daquele território. Eu preciso abrir o meu programa para poder entender a necessidade daquele território [...]”.</i> |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com o Quadro 6, os desafios enfrentados para formulação de uma política pública na esfera do município resultam da regularização fundiária para o Secretário Executivo de Relações Institucionais, a viabilidade econômica para poder implementar os programas, as políticas públicas para o Secretário Executivo da Fazenda, a elevação da qualidade da educação para a Secretária Executiva de Programas e Políticas Educacionais e o entendimento real do diagnóstico situacional para a Secretária Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de responder quais os desafios que o Poder Executivo municipal de Olinda enfrenta, em termos de governança e governabilidade, para o estabelecimento de políticas públicas no ano de 2019, obtivemos algumas respostas, que claro não esgotam toda a temática em estudo.

A primeira resposta está relacionada ao perfil dos ocupantes dos cargos executivos de quatro secretarias municipais, ou seja, Secretaria de Governo, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, pelo fato de serem agentes responsáveis pela percepção e entendimento das aspirações dos munícipes de Olinda. Constatou-se que apenas um é servidor público efetivo da esfera estadual, os demais não são servidores públicos de carreira e nem possuem vínculo partidário. Destaca-se ainda que as motivações para aceitação do cargo em secretaria executiva se dá pela familiarização com a vivência política, com a

identificação de posicionamentos políticos e pelo desafio face às adversidades que ocorrem na esfera pública.

A segunda resposta vincula-se ao estabelecimento das ações e recursos necessários para formular uma política pública. Os discursos dos entrevistados revelam que os recursos financeiros para o estabelecimento de políticas públicas resultam da articulação entre atores políticos das casas legislativas das esferas municipal, estadual e federal. Também um “projeto tecnicamente bem elaborado” é uma forma de captação de recursos financeiros. Relata-se que a articulação municipal com instituições públicas e privadas, para utilização de suporte técnico, auxilia na construção de relações sociais para atendimento das necessidades sociais municipais.

O argumento sobre como cada secretaria municipal estava organizada para atender as demandas sociais e dialogar com a sociedade, políticos e órgãos de controle institucional, difere quanto às conformações e funções de cada secretaria executiva municipal. A Secretaria Executiva de Relações Institucionais se caracteriza como sendo uma “secretaria institucional de articulação”, de apoio e não de execução de políticas públicas. A Secretaria Executiva da Fazenda tem as suas ações mais voltadas para atribuições internas e o relacionamento com o público externo realiza-se principalmente pelo Portal da Transparência. A Secretaria Executiva de Programas e Políticas Educacionais revela a participação de representantes da sociedade civil e do governo em suas ações. Já a Secretaria Executiva de Atenção, Vigilância e Saúde, relata atividades de interação entre a comunidade local e com as equipes integrantes da secretaria.

Efetivamente, sobre os desafios enfrentados para formulação de política pública em Olinda em 2019, são de ordem fundiária, de viabilidade econômica de programas e de políticas públicas, de elevação da qualidade de serviços públicos prestados para população municipal e na capacidade de entendimento real de diagnóstico situacional.

Esta foi uma pesquisa inicial, porém, sugere-se outras pesquisas com as secretarias municipais não elencadas no estudo. Também, recomenda-se o estudo em outras secretarias de outros municípios, assim como nas esferas estadual e federal, como forma de esclarecer os desafios que o poder executivo enfrenta, em termos de governança e governabilidade, para o estabelecimento de políticas públicas efetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Dez passos para a boa governança. Brasília: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.4, p. 679-84, out.-dez. 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Como promover a boa governança na gestão municipal**. Brasília [DF]: CNM, 2018.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

EKUNDAYO, W. J. Good governance theory and the quest for good governance in Nigeria. **International Journal of Humanities and Social Science**, v.7, n.5, may, 2017.

FERREIRA, V. M. **A boa governança pública e o seu reflexo na pobreza**. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Administrativas) – Universidade do Porto, Porto, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estado: Olinda. População estimada 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/olinda.html?> . Acesso em: 26 abr. 2019.

IVO, A. B. L.; FADUL, E. M. C.; HEBER, F. Limites e potencialidades da governabilidade e da governança urbana: o caso de Salvador. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.5, n.13, p. 63-85, set./dez. 1998.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília [DF]: CAPES: UAB, 2010.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p.479-99, maio/jun. 2006.

LEMIEUX, P. The State and Public Choice. **The Independent Review**, v. 20, n. 1, p. 23–31, Summer, 2015.

NASSER, S. H. O que se diz e o que se cala: a governança entre a fuga do direito e a busca pelo controle. **NOMOS**, Fortaleza, v. 38, n.2, jul./dez. 2018.

OLIVEIRA, C. B.; FONTES FILHO, J. R. Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n.4, p.596-615, jul. - ago. 2017.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado de Pernambuco. Olinda: Estimativa da população residente – 2017a. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=876&CodInformacao=288&Cod=3 . Acesso em: 26 abr. 2019.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado de Pernambuco. Olinda: Admissões e desligamentos no emprego formal, por setores de atividades – 2017b. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1486&CodInformacao=1234&Cod=3. Acesso em: 26 abr. 2019.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado de Pernambuco. Olinda: Matrícula inicial no ensino fundamental, por dependência administrativa – 2017c. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=978&CodInformacao=813&Cod=3. Acesso em: 26 abr. 2019.

PERNAMBUCO. Base de Dados do Estado de Pernambuco. Olinda:Taxa de reprovação no ensino fundamental -2017d. Disponível em:
http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1218&CodInformacao=1113&Cod=3. Acesso em: 26 abr. 2019.

PRÉVE, A. D.; MORITZ, G. O.; PEREIRA, M. F. **Organização, processos e tomada de decisão**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília [DF]: CAPES: UAB, 2010.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpe, 2009.

REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, M. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.621-635, 2013.

SATTERTHWAITE, D.; BOONYABANCHA, S.; D'CRUZ, C.; CABANNES, Y.; MITLIN, D.; PATEL, S.; STEIN, A. Participatory governance in cities. In: RONDINELLI, D. A. (Ed.) **Public administration and democratic governance: governments serving citizens**. United States of America: United Nations, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

THE CHARTERED INSTITUTE OF PUBLIC FINANCE AND ACCOUNTANCY (CIPFA). **The Good Governance Standard for Public Services**. London: Hackney Press Ltd, 2004.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília [DF]: CAPES: UAB, 2009.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA****GOVERNANÇA X GOVERNABILIDADE: OS DESAFIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL NO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS****EIXO 1 - Dados sociodemográficos**

1.1 Qual a sua formação?

1.2 No caso de possuir graduação, qual?

1.3 No caso de possuir pós-graduação, qual? (Especificar: especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado)

1.4 Antes de assumir a secretaria, era servidor público (municipal, estadual ou federal)?

1.5 Há quanto tempo ocupa este cargo na secretaria?

1.6 Quais as motivações que levaram a aceitar o referido cargo?

1.7 Possui alguma filiação partidária? Se sim, qual?

EIXO 2: governabilidade com vistas à identificação de problemas sociais; mobilização de meios e recursos; capacidade de liderança política

2.1 Como é realizada a identificação de problemas sociais em sua pasta?

2.2 Ao identificar um problema social que envolve a competência desta secretaria, quais os mecanismos e formas para mobilização de pessoal técnico e recursos (materiais e financeiros) para intervenção municipal?

2.3 As decisões mais complexas no cotidiano da secretaria são tomadas de forma unilateral ou multilateral? Quais são os motivos para tal escolha?

2.4 O alinhamento de ideias e os propósitos entre o executivo e o secretariado municipal representam uma articulação com vários atores políticos e atores sociais. Como se efetiva esta articulação para atendimento das necessidades da sociedade local?

2.5 O Governo municipal em conjunto com esta Secretaria enfrenta uma série de adversidades decorrentes das demandas apresentadas frente à escassez de recursos financeiros, materiais e de pessoal, como o governo municipal se articula politicamente para estabelecer as ações e recursos necessários para formular uma política pública?

EIXO 3: como a governança aborda o processo de gestão das políticas públicas; integração entre as unidades de governo; implementação de políticas públicas.

3.1 As etapas percorridas para consecução de uma política pública envolve um planejamento, execução e avaliação, tendo em vista o uso dos recursos financeiros, materiais e humanos empregados, bem como os atores políticos e os atores sociais que se fazem presente na gestão municipal, como ocorre o gerenciamento das políticas públicas e os caminhos percorridos para sua efetivação?

3.2 Como esta secretaria está organizada para atender as demandas sociais e dialogar com a sociedade, políticos e órgãos de controle institucional?

3.3 Em sua pasta, como é realizada a proposição de uma política pública?

3.4 Quais os desafios enfrentados para formulação de uma política pública na esfera do município nesta secretaria/pasta?

3.5 Após a identificação do problema social no contexto da secretaria e formulado a política pública, quais são os caminhos percorridos para execução da intervenção realizada pelo governo municipal?
